

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	21
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	22
10.5 - Políticas contábeis críticas	23
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	33
10.8 - Plano de Negócios	34
10.9 - Outros fatores com influência relevante	35

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1 Descrição da política de gerenciamento dos fatores de risco adotada pelo emissor**

Os riscos a que a Companhia e suas Controladas estão sujeitas estão resumidos no itens 4.1 e 4.2.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade de contratos em vigor, a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2015	+25%	(614)	(614)
	+50%	(1.229)	(1.229)
	-25%	614	614
	-50%	1.229	1.229
31/12/2014	+25%	397	397
	+50%	794	794
	-25%	(397)	(397)
	-50%	(794)	(794)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 – Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**

Manutenção de caixa a níveis adequados ao tipo de produto e negócios da Companhia com o objetivo de minimizar riscos de liquidez.

Identificação antecipada de situações que possam exigir a contratação de operações de hedge com o objetivo de minimizar os riscos financeiros da Companhia.

a. riscos para os quais se busca proteção

Riscos cambiais

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Quando aplicável, os instrumentos financeiros a serem contratados são definidos em relação ao risco a ser coberto, situação financeira e de crédito da Companhia, cenário de mercado, além de covenants contratuais, análise de crédito e spread a ser cobrado pela instituição financeira.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Vide item “b” acima

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Contratos de hedge, quando aplicável, limitam-se à cobertura necessária. São precificados segundo as metodologias de mercado vigentes.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não opera

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O Estatuto prevê que, em caso de oferecimento de garantias reais ou oneração de bens imóveis, as operações devem ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os Controles Internos são regulados pelas Normas Administrativas, Instruções de Trabalho, Procedimentos e Manuais integrantes do Sistema de Gestão Integrada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras contábeis**

Os sistemas contábeis e de controles internos adotados pela Empresa são adequados ao tipo de atividade e volume de transações da Companhia.

Recomendações presentes no relatório do auditor, quando aplicável, são consideradas e confrontadas com os procedimentos de Controles Internos os quais são revisados quando necessário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e co

5.5 Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para o desenvolvimento de suas operações e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, entretanto o agravamento da situação financeira de nossos clientes, em meio a uma economia em recessão pode exigir maior comprometimento de financiamentos para o capital de giro.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Espécie de Ações	Quantidade de ações	a) capital emitido (em R\$ Mil)	b) capital subscrito (em R\$ Mil)	c) capital integralizado (em R\$ Mil)	d) prazo para integralização
Ordinárias	607.192	44.325	44.325	44.325	integralizado
Preferenciais	992.808	72.474	72.474	72.474	integralizado
Total	1.600.000	116.800	116.800	116.800	integralizado

Ações detidas pelos controladores:

Nome	Total Ações	%	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
CB Holding	368.987	23,06	353.366	58,20	15.621	1,57
Claudio Bardella	1	-	1	-	-	-
Claudio Bardella Junior	8	-	-	-	8	-
Ana Tereza Bardella	1	-	1	-	-	-
Total	368.997	23,06	353.368	58,20	15.629	1,57

Não existe intenção de a Companhia efetuar resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em contas a receber de clientes, R\$ 207,03 milhões (Controladora) e R\$ 192,16 milhões (Consolidado) referem-se a contratos de construção de equipamentos sob encomenda e decorrentes da receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada dos produtos sob encomenda – contratos de construção, conforme demonstrado na nota explicativa n. 7 às Demonstrações Contábeis. Os demais valores referem-se a outros contratos, produtos e serviços, incluindo valores a receber referentes a vendas de aços laminados e trefilados. Os estoques de matérias primas contêm insumos já destinados aos contratos de fabricação em andamento e os adiantamentos a fornecedores são referentes a subcontratações com o mesmo destino. A conta de adiantamento de clientes no passivo circulante refere-se a valores já recebidos por conta de trabalhos de contratos de consumo ainda a executar. Desta forma, a capacidade de pagamento do passivo circulante está vinculada à execução dos contratos de construção e à realização dos valores em contas a receber de clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizadas**

Imobilizado:	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2015	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
BNDES - Finem	TJLP	1,80%	15/06/15	-	1.700	-	1.700
BNDES - Finem	TJLP	2,34%	15/02/16	-	-	261	1.045
BNDES - Finem	TJLP	4,80%	16/11/15	-	-	-	1.483
BNDES - Prosoft	Fixo	8,50%	15/02/15	-	310	-	310
BNDES - Finame	Fixa	4,79%	15/09/15	-	-	-	554
BNDES - Finame	Fixa	6,00%	15/07/24	577	655	577	655
Brasil	CDI	125% do CDI	10/03/20	20.651	-	20.651	-
Outros	CDI	123% do CDI	14/09/15	-	675	-	675
Sub-Total				21.228	3.340	21.489	6.422
Capital de Giro:							
Financiamento Importação	EUR	2,48%	05/01/15 a 23/02/15	-	6.518	-	6.518
Financiamento Importação	USD	3,02%	08/01/15 e 05/06/15	-	4.985	-	4.985
Financiamento Importação	USD	1,90%	01/08/2015 a 27/02/2016	1.062	-	1.062	-
Financiamento a Exportação	Fixa	11,00%	15/07/2016 a 31/12/2018	34.134	-	34.135	-
Capital de Giro	CDI	120% do CDI	26/07/15 a 13/05/17	-	19.035	-	19.035
Capital de Giro	CDI	125% do CDI	20/04/2016 a 28/12/2016	4.970	-	4.970	-
Capital de Giro	Fixa	1,60% am	17/06/16	6.032	-	6.032	-
Capital de Giro	CDI	144% do CDI	05/02/2016 a 26/12/2016	20.900	-	21.143	-
Finame Fabricante	Fixa	3,00%	15/07/14 a 15/01/15	-	11.682	-	11.682
Finame Fabricante	Fixa	6,00%	15/08/14 a 15/04/16	67.226	111.936	67.226	111.936
Finame Fabricante	Fixa	9,50%	15/09/2015 a 15/11/2016	15.200	-	15.200	-
Finame Fabricante	Fixa	3,50%	17/11/14 a 15/01/15	-	-	-	4.333
Total Capital de Giro:				149.524	154.156	149.768	158.489
Total Geral:				170.752	157.496	171.257	164.911
Parcela Circulante				119.463	60.109	119.968	67.263
Parcela não circulante				51.289	97.387	51.289	97.648
Juros Pagos				16.425	8.633	17.459	9.684

Para os contratos de financiamentos celebrados junto ao BNDES com taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado, as quais enquadram-se no escopo do IAS 20 /CPC 7, foram efetuados cálculos comparativos para cada contrato com a utilização do método de juros efetivos definidos pelo IAS 39 / CPC 38. As comparações foram efetuadas entre o valor total da dívida calculada com base na respectiva taxa pactuada e o cálculo de acordo com as taxas de mercado (valor justo). A receita de subvenção concedida pelo BNDES a apropriar, ajustada a valor presente em 31 de dezembro de 2015, resultou para a controladora e consolidado em R\$ 1.378. Em 31 de dezembro de 2014 foi R\$ 911 para a controladora e R\$ 1.016 para o consolidado.

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantias.

A Companhia e suas controladas mantêm em seus empréstimos, financiamentos, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos e financiamentos estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015.

Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no exercício estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Cronograma de desembolsos - Não Circulante**

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	90.197	-	90.458
2017	22.969	-	22.969	-
2018	21.491	6.736	21.491	6.736
2019	5.230	-	5.230	-
2020 a 2024	1.599	454	1.599	454
	51.289	97.387	51.289	97.648

Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo de adiantamento de clientes	118.987	98.493	138.301	102.671

A conta "Adiantamento de clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida por meio do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de construção.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Caso haja deficiência de liquidez a Companhia dispõe das seguintes fontes de capital de giro, de acordo com suas características de mercado de atuação:

- Financiamento ao fabricante: recursos obtidos junto ao BNDES para completar o fluxo de caixa de uma encomenda durante o período de fabricação.
- Investimentos em ativo imobilizado: linhas de financiamento Finame para máquinas e equipamentos e linhas de financiamento Finem para os demais investimentos fixos.
- Capital de Giro: financiamentos em bancos comerciais, bem como BNDES.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O endividamento da Companhia com Instituições Financeiras, para financiamento de capital de giro e imobilizado representa 20,15% do ativo total na Controladora e 20,44% consolidado.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Ver item "d"

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras. As negociações para obtenção de recursos de longo prazo são feitas caso a caso. Nenhuma negociação futura está vinculada a nenhuma instituição financeira.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iii.Grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos são garantidos pelos próprios bens financiados.

iv.Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não existem restrições impostas à Companhia. Para contratação de novas dívidas a Companhia sujeita-se às garantias, restrições e *convenants* usuais de mercado. A alienação, oneração e aquisição de bens imóveis sujeita-se à autorização prévia do Conselho de Administração. A distribuição de dividendos sujeita-se às disposições legais e estatutárias.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem limites de financiamentos já contratados e não utilizados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31/12/2015 e o comparativo com 31/12/2014, foram publicadas em 29 de março de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstrações de resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014***(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	417.527	404.209	446.432	478.936
Custos dos produtos vendidos e/ou dos serviços prestados	(377.266)	(344.234)	(395.178)	(398.185)
Lucro bruto	40.261	59.975	51.254	80.751
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas	(26.829)	(26.798)	(28.560)	(28.925)
Gerais e administrativas	(19.321)	(19.622)	(32.034)	(34.624)
Honorários e participação da administração	(5.099)	(4.787)	(5.121)	(4.809)
Despesas financeiras	(32.215)	(17.984)	(32.617)	(18.546)
Receitas financeiras	5.155	9.371	4.580	7.278
Resultado da equivalência patrimonial	14.884	4.785	18.933	3.983
Outras despesas e receitas operacionais, líquidos	12.777	69	13.859	(853)
	(50.648)	(54.966)	(60.960)	(76.496)
Lucro (prejuízo) operacional	(10.387)	5.009	(9.706)	4.255
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.387)	5.009	(9.706)	4.255
Imposto de renda e contribuição social	1.429	2.383	748	3.137
Corrente	-	-	(481)	(434)
Diferido	1.429	2.383	1.229	3.571
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(8.958)	7.392	(8.958)	7.392
Atribuído a acionistas da empresa controladora	(8.958)	7.392	(8.958)	7.392
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-
	(8.958)	7.392	(8.958)	7.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Receita operacional líquida: Em 2015, a queda acentuada dos preços internacionais do petróleo e do minério de ferro, aliados ao excesso de oferta mundial de aço influenciaram decisivamente na redução dos investimentos em andamento e no congelamento de planos de investimentos de novas plantas industriais, diminuindo significativamente a demanda por máquinas e equipamentos de produção.

O PIB brasileiro apresentou queda de 3,8% em 2015, em meio à deterioração fiscal, inflação alta, juros elevados, desvalorização da taxa de câmbio, etc. A produção industrial caiu 8,3%, a maior queda da série histórica medida pelo IBGE desde 2003. Considerando as grandes categorias econômicas, a produção de bens de capital apresentou a maior queda em 2015, atingindo 25,5%.

Devido aos fatores apresentados acima, a receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 446,4 milhões em 2015, com redução de 6,8% em relação a 2014, quando registrou R\$ 478,9 milhões.

Em 2015, a receita líquida de vendas de aços laminados foi 9,6% menor que no ano anterior, atingindo R\$ 50,9 milhões (R\$ 56,3 milhões em 2014).

Lucro Bruto: A margem bruta consolidada de 16,8% em 2014 passou para 11,5% em 2015 e a margem operacional consolidada que era de 0,9% em 2014 passou para -2,2% em 2015.

Despesas de Vendas, Administrativas, honorários e participações: As despesas administrativas, honorários e participações apresentaram aumento de 0,05% na controladora e decréscimo de 5,78% consolidado.

Resultado financeiro líquido: O desempenho do resultado financeiro líquido deve-se à condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, além do aumento significativo de ocorrências de atrasos de pagamentos por alguns clientes e das taxas altas de juros.

Em 2015 a despesa financeira líquida aumentou em 214,2% (Controladora) e 148,8% (Consolidado) em relação a 2014.

Resultado da equivalência patrimonial: O aumento de 211,1% em relação a 2014 deve-se principalmente ao resultado da IMMA Indústria Metalúrgica Mecânica da Amazônia Ltda.

Outras despesas e receitas operacionais líquidas: O resultado positivo em 2015 deve-se especialmente às receitas de indenizações por rescisão em contrato de fornecimento de equipamentos.

Lucro/Prejuízo operacional: O prejuízo operacional da Controladora de R\$ -(10.387) mil deve-se principalmente ao aumento das despesas financeiras, além dos fatores apresentados em relação ao volume de receita líquida operacional.

Lucro/Prejuízo Líquido: O prejuízo líquido do exercício de R\$ -(8.958) mil resulta do lançamento de R\$ 1.429 mil referentes a créditos fiscais diferidos ativos conforme consta na nota explicativa 9-b às Demonstrações Contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 2014
(Em milhares de Reais)**

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 reapresentado	2015	2014
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.856	30.003	2.901	33.537
Contas a receber de clientes	218.340	177.230	207.805	160.962
Estoques	98.674	86.197	115.811	99.581
Imposto de renda e contribuição social	648	1.094	2.829	4.700
Tributos a recuperar	23.683	25.327	25.319	28.585
Despesas antecipadas	4.359	3.860	4.535	7.020
Outros créditos	95.334	60.012	47.782	33.953
	<u>443.894</u>	<u>383.723</u>	<u>406.982</u>	<u>368.338</u>
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas	9.974	23.564	-	-
Contas a receber de clientes	6.075	5.365	6.075	5.365
Titulos e valores mobiliários	-	-	4.361	8.265
Tributos a recuperar	3.866	3.764	3.878	3.776
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	6.209	6.110
Outros créditos	8.191	7.699	9.367	10.715
	<u>28.106</u>	<u>40.392</u>	<u>29.890</u>	<u>34.231</u>
Imobilizado	<u>215.694</u>	<u>223.003</u>	<u>270.502</u>	<u>282.284</u>
Investimentos	<u>136.347</u>	<u>123.310</u>	<u>93.004</u>	<u>74.518</u>
Propriedades para investimento	2.439	-	15.024	10.833
Intangível	<u>20.736</u>	<u>17.861</u>	<u>22.486</u>	<u>19.633</u>
	<u>403.322</u>	<u>404.566</u>	<u>430.906</u>	<u>421.499</u>
	<u>847.216</u>	<u>788.289</u>	<u>837.888</u>	<u>789.837</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa: As variações das disponibilidades estão demonstradas na Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto conforme publicação das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

Contas a Receber de Clientes: Esta conta inclui a conta “Efeitos a Faturar” referente aos produtos sob encomenda – Contratos de Construção e registra a receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada em relação ao custo total orçado. Ver demonstrativo sobre contratos de construção à nota explicativa 7 às Demonstrações Contábeis. O aumento de 23,2% na Controladora e de 29,1% no Consolidado deve-se às condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, além do aumento significativo de ocorrências de atrasos de pagamentos por alguns clientes.

Estoques: A variação decorre do volume de operações da Companhia. O aumento de 14,4% da Controladora e 16,3% do Consolidado deve-se principalmente ao aumento de estoques de partes e peças de equipamentos de mineração e do aumento do estoque em elaboração decorrente do aumento de operações com partes e peças de geradores eólicos – Ver Nota Explicativa nº 8 - Estoques.

Impostos a recuperar: A variação deve-se ao volume de operações da Companhia.

Impostos diferidos: A variação é decorrente dos ajustes de adições e exclusões para obtenção do Lucro Real, conforme pode ser verificado à nota explicativa 9-b às Demonstrações Contábeis.

Outros Créditos: O aumento em 31 de dezembro de 2015 deve-se principalmente ao aumento de adiantamentos a fornecedores nacionais e estrangeiros relativos à matérias primas e componentes importados, além de créditos referentes a clientes em recuperação judicial.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Partes Relacionadas: A variação refere-se às operações entre a controladora e controladas conforme nota explicativa 12 às Demonstrações Contábeis.

Contas a Receber de Clientes: A variação é recorrente de reivindicações de contratos de longo prazo, cujas receitas foram reconhecidas devido às negociações terem atingido um estágio tal que tornou-se provável seu recebimento.

Impostos a recuperar: A variação refere-se principalmente à movimentação de créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado, além da atualização monetária e juros de créditos disponíveis.

Outros Créditos: A variação deve-se principalmente a depósitos judiciais e créditos oriundos de ações judiciais.

Imobilizado: A variação deve-se à movimentação de aquisições e depreciação dos recursos empregados na manutenção da atividade da Companhia (ver nota explicativa n. 13 às Demonstrações Contábeis)

Investimentos: A variação decorre da movimentação do patrimônio líquido das Controladas e Coligadas, cuja avaliação é feita pelo método da equivalência patrimonial, (ver nota 14b).

Intangível: A variação refere-se principalmente a aquisição de softwares utilizado nas operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 2014 (Em milhares de Reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 reapresentado	2015	2014 reapresentado
Passivo, Participação de acionistas não controladores e Patrimônio líquido				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	119.463	60.109	119.968	67.263
Fornecedores	99.403	75.374	72.161	72.741
Impostos e contribuições a recolher	3.788	3.910	8.932	5.664
Salários e férias a pagar	32.989	19.009	43.528	25.606
Adiantamentos de clientes	118.987	98.493	138.301	102.671
Outras contas a pagar	11.913	26.648	12.779	27.718
Dividendos e juros sobre o capital próprio	143	6.058	1.403	6.058
Imposto de renda e contribuição social	-	-	337	104
	<u>386.686</u>	<u>289.601</u>	<u>397.409</u>	<u>307.825</u>
Não circulante				
Partes relacionadas	31.112	18.028	19.669	-
Empréstimos e financiamentos	51.289	97.387	51.289	97.648
Provisão para demandas judiciais	625	732	3.361	5.277
Provisão para perdas invest. empr. Controladas	20.059	13.170	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	28.250	29.680	36.926	39.385
Outras contas a pagar	4.104	2.558	4.113	2.569
	<u>135.439</u>	<u>161.555</u>	<u>115.388</u>	<u>144.879</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	116.800	116.800	116.800	116.800
Reservas de capital	103.752	85.143	103.752	85.143
Ajustes de avaliação patrimonial	102.524	108.860	102.524	108.860
Reservas de lucros	2.015	26.330	2.015	26.330
	<u>325.091</u>	<u>337.133</u>	<u>325.091</u>	<u>337.133</u>
	<u><u>788.289</u></u>	<u><u>788.289</u></u>	<u><u>837.888</u></u>	<u><u>789.837</u></u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos: A variação refere-se à movimentação dos prazos de pagamento de curto para longo prazo de um ano para outro e à necessidade de recursos de instituições financeiras devido às atuais condições contratuais de fluxos de caixa dos contratos de construção e devido à maior ocorrência de atrasos significativos de pagamentos pelos clientes.

Fornecedores: A variação decorre do volume de operações e da composição dos prazos de pagamento a fornecedores.

Impostos e Contribuições a Recolher: A variação decorre do volume de operações da Companhia.

Salários e Férias a pagar: A variação decorre do volume das operações da Companhia e das programações de férias aos colaboradores. Em 31/12/2015 o número de colaboradores foi de 1.122 e de 1.220 em 31/12/2014.

Adiantamento de Clientes: A variação decorre das características dos cronogramas de recebimentos e da execução dos produtos sob encomenda – contratos de construção.

Outras Contas a pagar: A variação decorre do volume de operações da Companhia, principalmente da movimentação de provisões de custos incorridos.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: A variação deve-se à companhia ter registrado prejuízo em 2015.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Passivos com partes relacionadas: Refere-se a empréstimos de mútuos tomados com partes relacionadas não consolidadas nas demonstrações financeiras. A variação deve-se aos mesmos motivos explicados em *Empréstimos e financiamentos*.

Empréstimos e financiamentos: Ver explicação no passivo circulante.

Provisão para Demandas Judiciais: A variação refere-se à movimentação de valores provisionados decorrentes da classificação de riscos e do volume de processos ativos, bem como à reversão e utilização das provisões em função da liquidação de débitos junto à RFB em 2014, com os benefícios da Lei 12.996/14.

Provisão para perdas de investimentos em controladas: Refere-se às perdas com investimentos em controladas com prejuízos acumulados que superam o valor do investimento. As variações decorrem dos lucros ou prejuízos gerados por controladas nesta situação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Refere-se à provisão de IR e CSL sobre o saldo de ajuste de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado. A variação deve-se à realização por depreciação, venda ou baixa do ativo.

Outras Contas a Pagar: A redução refere-se a pagamentos diversos efetuados em 2015.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Reservas de Capital: A variação decorre da constituição de reservas de incentivos fiscais – Controladas, relativas a subvenções governamentais. As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e Assistência Governamentais, entretanto devido às restrições legais quanto à distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reservas de Incentivos Fiscais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ajustes de Avaliação Patrimonial / Outros resultados abrangentes: Nesta conta estão registrados os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado e do valor justo relativo a títulos e valores mobiliários disponível para venda (ações da Cia Vale do Rio Doce), inclusive os respectivos reflexos das equivalências patrimoniais das investidas. As variações decorrem das flutuações das cotações e baixas por vendas destes títulos e das depreciações e baixas do ativo imobilizado.

Reservas de Lucros: A variação é decorrente da constituição de reserva legal. Na subdivisão “Retenção de Lucros” estão registradas as retenções efetuadas com base em Orçamentos de Capital e aprovados em Assembléia de Acionistas . Em função do prejuízo registrado em 2015, não houve constituição de Reserva Legal e proposta de orçamento de capital. Nesta rubrica estão registrados também as Reservas de Lucros a Realizar, decorrentes do ajuste a valor justo das propriedades para investimentos (ver Nota 14 a)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O PIB brasileiro apresentou queda de 3,8% em 2015, em meio à deterioração fiscal, inflação alta, juros elevados, desvalorização da taxa de câmbio, etc. A produção industrial caiu 8,3%, a maior queda da série histórica medida pelo IBGE desde 2003. Considerando as grandes categorias econômicas, a produção de bens de capital apresentou a maior queda em 2015, atingindo 25,5%. Além da forte retração de financiamentos e crescimento da taxa de juros.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 446,4 milhões em 2015 com decréscimo de 6,8% em relação a 2014, quando registrou R\$ 478,9 milhões.

Em 2015, a receita líquida de vendas de aços laminados foi de R\$ 50,9 milhões (R\$ 56,3 milhões em 2014).

A carteira de encomendas consolidada, representada pela receita líquida de contratos a executar, encerrou o ano de 2015 com R\$ 651 milhões. Em 2014 era R\$ 1.027 milhões. A Controladora registrou R\$ 497 milhões ao final de 2015 e R\$ 736 milhões em 2014.

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional bruta do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para indústrias em geral
- Equipamentos de processos para Óleo e Gás;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas hidrelétricas;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Peças seriadas para turbinas eólicas.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente no segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de bens de capital, produtos seriados e serviços (Nota 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos, porém não vem sendo possível.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta de acordo com as possibilidades, considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2015.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado
Empréstimos e financiamentos	170.752	157.496	171.257	164.911
Fornecedores	85.586	75.374	58.344	72.741
Cessão de créditos por fornecedores	13.817	-	13.817	-
Provisão IR e CSLL	-	-	337	104
Dividendos propostos/juros sobre capital próprio	143	6.058	1.403	6.058
Adiantamento de clientes	118.987	98.493	138.301	102.671
Provisão de férias e encargos	14.441	13.050	18.060	15.971
Provisão para contingências	625	732	3.361	5.277
Provisão IR e CSLL diferidos	28.250	29.680	36.926	39.385
Outros	89.524	70.273	70.991	45.586
Dívida líquida	522.125	451.156	512.797	452.704
Patrimônio líquido	325.091	337.133	325.091	337.133
Patrimônio líquido e dívida líquida	847.216	788.289	837.888	789.837
Coefficiente de alavancagem	1,61	1,34	1,58	1,34

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Os contratos para fabricação de bens sob encomenda contém cláusulas de reajuste de preços vinculadas a índices econômicos que objetivam equalizar as variações de preços dos insumos, entretanto, por imposição legal, a periodicidade de tais reajustes não pode ser inferior a um ano. Tais contratos, tanto de médio e longo prazo contém também cláusula referente ao equilíbrio econômico do contrato, com o objetivo de proteção contra variações anormais de preços dos insumos, entretanto a opção de fornecedores e o aumento da inflação ou variação da taxa de câmbio de determinados componentes dos custos podem não garantir a total recuperação dos desequilíbrios.

Os indexadores e taxas de juros dos financiamentos e empréstimos estão mencionados na nota explicativa 17 às Demonstrações Contábeis.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao Patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2015	+ 100	(525)	(525)
	+ 150	(789)	(789)
	-25	525	525
	- 50	789	789
31/12/2014	+ 100	(224)	(224)
	+ 150	(336)	(336)
	-25	56	56
	- 50	112	112

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio consolidado.

Moeda Estrangeira

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue (Controladora):

Natureza do Saldo	Controladora		
	31/12/2015	31/12/2014	Moeda
Adiantamentos para importações	8.630	8.200	EUR
Adiantamentos para importações	7.852	6.611	USD
Financiamento Finimp	-	6.518	EUR
Financiamento Finimp	1.062	4.985	USD
Importações de materiais	564	724	EUR
Importações de materiais	833	997	USD

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

	Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	Moeda
Natureza do Saldo			
Adiantamentos para importações	8.630	8.200	EUR
Adiantamentos para importações	7.852	6.611	USD
Financiamento Finimp	-	6.518	EUR
Financiamento Finimp	1.062	4.985	USD
Importações de materiais	564	724	EUR
Importações de materiais	833	997	USD

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2015	+25%	(614)	(614)
	+50%	(1.229)	(1.229)
	-25%	614	614
	-50%	1.229	1.229
31/12/2014	+25%	397	397
	+50%	794	794
	-25%	(397)	(397)
	-50%	(794)	(794)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 – Práticas contábeis e parecer dos auditores****a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeisReclassificação das contas

O balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2014 (decorrente das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013) e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, originalmente emitidas em 19 de março de 2014 e 26 de março de 2015, respectivamente, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro em decorrência das seguintes reclassificações para apresentação e correção de erros.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bardella S. A. Indústrias Mecânicas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia:

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de Consolidação

(i) **Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) **Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iii) **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intra-companhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-companhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receita operacional

(i) **Venda de bens**

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(ii) **Prestação de serviços**

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(iii) Contratos de construção

A receita de contratos de construção resulta do desenvolvimento de equipamentos para alguns dos clientes da Companhia em diversos seguimentos, tais como mineração, siderurgia, óleo e gás, metalurgia, energia, entre outros. Tais equipamentos são construídos com base em contratos especificamente negociados com os clientes.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de trabalhos realizados.

Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos incorridos que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

(iv) Aluguel de propriedades para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como "outras receitas".

c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d) Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) **Ativos financeiros não derivativos - Mensuração**

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

(iii) **Passivos financeiros não derivativos - Mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) **Capital Social**

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

e) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente e provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados através da apuração proporcional da receita bruta de vendas e, seus respectivos recebimentos são efetuados com base em eventos físicos de fabricação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

g) Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados como equivalência patrimonial.

h) Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iv) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i) **Propriedades para investimento**

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

j) **Arrendamento mercantil**

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

k) **Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente.

l) **Redução ao valor recuperável**

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m) Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

n) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

p) Imposto de renda e contribuição social

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

q) Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

r) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e suas distribuições durante determinado período é apresentada pela Companhia e suas controladas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

s) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras incluem dois segmentos, sendo mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

t) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros*: A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.
- *IFRS 15 - Receita de contrato com clientes*: exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.
- Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).
- O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

A natureza do arrendamento operacional é aluguel e o propósito é cobrir necessidades temporárias de tais recursos.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de Negócios

a) Investimentos

Orçamento de Capital

Não houve proposta de retenção de lucros para orçamento de capital relativa ao resultado do exercício de 2015.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não existe no momento planos de aprovação para aquisição de novos ativos .

c) Novos Produtos e serviços

Considerando que a Companhia atua principalmente na fabricação de equipamentos sob encomenda, não existe no momento intenção de alteração do foco de atuação.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Não temos outros comentários.